Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 12

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL
INSS paga 13º a novos aposentados a partir de 24 de novembro; veja quem recebe (inss) . . . 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Governo publica MP do Imposto Seletivo . . . 5

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL
"Master" paraguaio é liquidado e gera onda de protestos . . . 6

PORTAL UOL - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL
Tenho 40 anos e ainda não tenho previdência privada. É tarde para começar? . . . 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Alcolumbre freia PEC da Maioridade Penal . . . 10

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Planalto tenta aproveitar atual Congresso e avançar pautas antes do recesso . . . 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
OAB e CNI pedem adiamento da Reforma Tributária . . . 14

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Democratas apertam o cerco a data centers de IA . . . 16

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
"Há grande incerteza e BC busca equilibrar pratos" . . . 18

FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA
CNI diz que alíquota de 11,3% da CBS aumenta carga tributária e cobra revisão do Senado . . . 20

G1 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Imposto do pecado : o que é e como vai funcionar a tributação sobre produtos prejudiciais à saúde . . . 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Bets nunca mais . . . 23

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
"Barra para novos cortes agora parece ser alta" . . . 24

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BC mantém Selic em 13,75% e interrompe ciclo de corte de juros após cinco reuniões 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Déficit de automóveis cresce 835% com invasão chinesa e perda argentina 28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Fed ganha blindagem com a derrota de Trump no Senado 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Eleição nos EUA puxa petróleo e dólar para baixo; Bolsas sobem 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Com decisão do BC, analistas recomendam aplicações pós-fixadas 33

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
POLÍTICA
Código Eleitoral só deve ser analisado após votação de reforma política 35

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
POLÍTICA
Hoje defensores do distrital misto, Motta e líderes já votaram contra 36

INSS paga 13º a novos aposentados a partir de 24 de novembro; veja quem recebe (inss)

Cristiane Gercina

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) paga em novembro o 13º a aposentados e pensionistas que tiveram o benefício concedido a partir de maio deste ano. Os depósitos começam a ser feitos no dia 24 e vão até 7 de dezembro.

Os demais segurados tiveram os valores pagos de forma antecipada , nas competências de abril e maio. A antecipação vem sendo feita desde 2020.

Os novos segurados vão receber a renda junto com a aposentadoria ou pensão mensal. Os depósitos são feitos conforme o valor a que têm direito e o final do benefício, sem considerar o dígito verificador.

Quem ganha até o salário mínimo de R$ 1.621 neste ano recebe primeiro. Depois, é pago o valor a quem recebe acima do mínimo até o teto do **INSS**, que neste ano está em R$ 8.475,55.

A consulta ao benefício será liberada para todos os segurados a partir do dia em que o benefício é pago, no aplicativo ou site Meu **INSS** . Beneficiários que recebem um salário mínimo conseguem ver antes se o valor já está provisionado.

Depois, no primeiro dia do calendário, é liberada a consulta a todos os aposentados que vão receber os valores neste mês. Tem direito à gratificação quem recebe aposentadoria, pensão e benefícios por incapacidade como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente.

Para quem recebe o salário mínimo

Para quem recebe acima do salário mínimo

No caso do auxílio-doença e do auxílio-acidente, que são temporários, o pagamento é feito de forma proporcional, conforme o número de meses do benefício até a data de depósito da gratificação natalina. Benefícios como BPC (Benefício de Prestação Continuada) e RMV (Renda Mensal Vitalícia) não têm direito.

Receberá o 13º do **INSS** em novembro quem se aposentou ou passou a ganhar um benefício previdenciário entre os meses de maio e outubro. A parcela será paga de uma única vez.

Haverá o desconto do Imposto de Renda a quem se enquadra nas regras para pagar o tributo. Por lei aprovada pelo governo Lula, quem ganha até R$ 5.000 está isento . Aposentados e pensionistas a partir de 65 anos pagam menos imposto. Isso porque eles têm direito a uma cota extra de isenção do IR a partir do mês em que fazem aniversário.

O pagamento do 13º salário é feito considerando o mês em que o aposentado começou a receber o benefício. Se já estava aposentado em janeiro do ano do pagamento ou antes, receberá o valor integral, sendo 50% na primeira parcela e o restante na segunda.

A segunda parcela pode ter o desconto do Imposto de Renda, caso o segurado seja obrigado a pagar o tributo. Para quem se aposentou no ano de pagamento, o 13º salário é proporcional ao número de meses.

Por lei, o benefício deve ter a primeira parcela paga no primeiro semestre e a segunda deve ser depositada até a competência de novembro, paga entre o final de novembro e o começo de dezembro.

Quem se aposenta após o adiantamento das duas parcelas recebe de uma única vez, no final do ano. Quem tem auxílio-doença recebe um pagamento proporcional. Se o benefício por incapacidade temporária ainda estiver sendo pago, o segurado recebe um 13º com base no número de meses em que ficará afastado.

Normalmente, a consulta para saber o valor exato que será pago é liberada próxima à data de pagamento, sendo que quem recebe o salário mínimo costuma saber o valor antes dos outros beneficiados. Após o primeiro dia de pagamento, o **INSS** libera o extrato atualizado para todos os segurados.

A consulta poderá ser feita pelo aplicativo ou site Meu **INSS** , que pode ser baixado nas lojas Play Store (Android) e App Store (iOS) . O desenvolvedor é Serviços e Informações do Brasil.

É preciso ter cadastro no Portal Gov.br para conseguir o acesso no celular e no site. Clique aqui para saber

como criar uma conta .

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/11/inss-paga-13o-a-novos-aposentados-a-partir-de-24-de-novembro-veja-quem-recebe.shtml

Governo publica MP do Imposto Seletivo

Medida deve arrecadar R$ 41,9 bi no ano que vem e estabelece regime de transição até 2028

O governo federal publicou nesta quarta-feira (4) a medida provisória (MP) que estabelece as regras e as alíquotas do Imposto Seletivo para 2027. A cobrança começará em 2 de fevereiro, com um regime temporário, previsto para durar até 31 de dezembro do próximo ano.

Criado pela **reforma tributária**, o Seletivo incide sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, com o objetivo de desestimular seu consumo. No Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, o governo prevê arrecadar R$ 41,9 bilhões com o novo imposto.

Durante a transição em 2027, as alíquotas sobre cigarros, bebidas e carros, entre outros produtos, terão como referência as atuais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com ajustes pelas diferenças entre as bases de cálculo dos dois **impostos**. O objetivo é preservar a carga efetiva sobre esses produtos.

Até 31 de maio de 2027, o Executivo deverá enviar ao Congresso um projeto de lei com as alíquotas do Seletivo a serem

o aplicadas a partir de 1 de janeiro de 2028, com previsão de progressividade.

Como o Seletivo só começará a ser cobrado em fevereiro, o governo enviará também uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para manter a incidência do IPI sobre os produtos abrangidos até essa data, conforme antecipou o Valor. A medida busca evitar um intervalo sem tributação sobre esses bens.

De acordo com a MP, as alíquotas finais do Seletivo serão de 2,6% para as bebidas açucaradas e de 4,2% para cervejas. Para as demais bebidas alcoólicas, os percentuais vão de 8% a 24%, conforme o produto.

Para os cigarros, a alíquota será de 66,7%, aplicada sobre 15% do preço de venda no varejo. A cobrança terá ainda uma parcela fixa de R$ 3,50 por grupo de 20 unidades.

No caso dos carros, a alíquotabase será de 6,3%, com ajustes que podem alterar esse percentual. Terão alíquota zero, por exemplo, os veículos adquiridos por pessoas com deficiência, pessoas com transtorno do espectro autista e taxistas. O benefício também alcança veículos com registro de "versão sustentável", conforme critérios estabelecidos pelo programa automotivo Mover.

Caminhões com peso bruto total igual ou superior a 3.500 quilos não estarão sujeitos ao Imposto Seletivo. A regra não se aplica a picapes. Também ficarão fora da cobrança veículos, aeronaves e embarcações com características técnicas específicas para uso operacional das Forças Armadas ou dos órgãos de segurança pública.

Os bens minerais terão alíquota zero até o fim de 2027, atendendo a uma demanda do setor. Segundo o governo, as regras permanentes serão discutidas em legislação específica. O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) vinha defendendo que a cobrança reduziria a competitividade das empresas brasileiras no exterior e funcionaria, na prática, como um imposto de exportação.

Para concursos de prognósticos, como Mega-Sena, Lotofácil e

Loteca, o percentual será de 0,5%.

Em nota, o governo esclareceu que as mudanças na arrecadação estimada do novo imposto serão compensadas na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Ou seja, se a receita prevista com o Seletivo aumentar, a alíquota de referência da CBS será reduzida e vice-versa. A intenção é preservar a arrecadação global prevista com a reforma.

Na importação, segundo a MP, haverá ajustes adicionais em determinadas operações para assegurar tratamento tributário equivalente ao dos produtos nacionais. O texto também autoriza a **Receita Federal** a calcular previamente o saldo do Seletivo devido pelo contribuinte, na chamada apuração assistida.

"Master" paraguaio é liquidado e gera onda de protestos

Instituição financeira recebia grandes volumes de recursos públicos e de fundos de pensão estatais

A quebra do ueno bank, alvo de intervenção do Banco Central do Paraguai (BCP) na terça-feira, levou à prisão de oito executivos ligados à instituição por possíveis fraudes financeiras. O país amanheceu ontem com manifestantes nas ruas, preocupados com seus recursos retidos no banco digital.

A crise levou à queda do presidente do BCP, Carlos Carvallo, que renunciou ontem em meio à forte pressão política. Horas mais tarde, o presidente do Paraguai, Santiago Peña, nomeou o economista Raúl Vera Bogado para substituí-lo. Antes de assumir o banco central, Carvallo presidiu o ueno.

Peña também nomeou Pedro Acosta e Edsel González para completar a diretoria de cinco membros do Banco Central. As três indicações precisam ser ratificadas pelo Senado.

O caso paraguaio chama a atenção por semelhanças com o Banco Master, liquidado pelo Banco Central do Brasil em novembro do ano passado por fraudes financeiras bilionárias. Seu dono, o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, está preso preventivamente, assim como outras pessoas relacionadas ao caso. O esquema do Master revelou conexões complexas com estruturas de poder, assim como o ueno parece estar demonstrando.

O próprio Santiago Peña já foi investidor da holding do ueno até março de 2025, quando vendeu a participação. Peña, político conservador, assumiu a presidência do Paraguai em agosto de 2023.

O Ministério Público (MP) paraguaio abriu uma investigação criminal que apontou irregularidades na gestão do ueno, que recebia grandes volumes de recursos públicos e de fundos de pensão estatais - o Master também é investigado por prováveis prejuízos causados a institutos de previdência de **servidores públicos**, além de ter vendido carteiras fraudulentas ao Banco de Brasília (BRB), que hoje vive uma séria crise de liquidez.

As investigações apontam que o ueno estaria concedendo empréstimos a empresas pertencentes aos seus próprios acionistas, além de enfrentar questionamentos sobre financiamentos cruzados.

De acordo com o portal paraguaio ABC Color, os oito detidos ocupavam diferentes posições na estrutura empresarial relacionada ao ueno, desde a presidência do banco digital até cargos de diretoria em empresas ligadas ao Grupo Vázquez, controlador da instituição. Entre eles, há executivos com passagens pelo banco central do país, pela Agência Financeira de Desenvolvimento e por instituições financeiras internacionais.

A lista inclui Juan Manuel Gustale Cardoni, presidente do ueno bank; Federico Miguel Vázquez Villasanti, primeiro vice-presidente e fundador da instituição; Diana Leticia Mongelós González, segunda vice-presidente, além de outros integrantes e ex-integrantes da diretoria. Também consta o nome de Miguel Ángel Almada Frutos, vinculado à ueno seguros e ao Grupo Vázquez.

Manifestantes saíram às ruas empunhando cartazes com dizeres como "devolvam tudo" após a intervenção no ueno bank. Um grupo reuniu-se no centro de Assunção para exigir a renúncia de Santiago Peña. Houve momentos de tensão e confronto com as forças

de segurança, além de correria nas imediações do centro histórico da capital paraguaia.

Outro grupo de manifestantes concentrou-se em frente à residência oficial do presidente paraguaio, na Avenida Mariscal López, com cartazes que traziam mensagens como "O Estado deve garantir 100% dos fundos". Eles exigiam a devolução do dinheiro do Instituto de **Previdência Social** (IPS) e dos fundos de aposentadoria que ficaram retidos na instituição falida.

Os depósitos do governo no ueno dispararam desde que Peña assumiu o cargo, em 2023, para cerca de 5 trilhões de guaranis (US$ 869 milhões), ou 29% do total dos depósitos do banco no fim de junho. A instituição era a maior emissora de cartões de crédito do país, com quase 1,1 milhão de unidades emitidas

até setembro, de acordo com dados do banco central. No fim de junho, o patrimônio líquido era de US$ 401 milhões, na quinta maior posição entre os bancos privados daquele país. O número de clientes beirava os 3 milhões.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) - equivalente ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) no Brasil - garante parte dos depósitos após a intervenção no ueno. Conforme o banco central, os depósitos contam com uma garantia de até 75 salários mínimos mensais, por pessoa física ou jurídica em cada entidade financeira.

De acordo com os reguladores, a situação é isolada e depósitos de até 228 milhões de guaranis (US$ 37.400) serão garantidos - o banco central tem 15 dias para devolver esses recursos.

No entanto, isso pouco tranquilizou clientes como Deisy Asva, estudante de enfermagem de 20 anos, que tentam descobrir como pagar despesas que vão do aluguel e das compras de supermercado às passagens de ônibus agora que os depósitos estão bloqueados.

Para Asva, que mora em San Lorenzo, nos arredores de Assunção, o fechamento significa perder temporariamente o acesso à conta que usava todos os dias para recarregar o cartão de transporte, comprar lanches na universidade e pagar despesas rotineiras. Ela também tem mensalidades da universidade com vencimento no sábado. "Com tanta tecnologia disponível hoje em dia, como isso pode levar 15 dias?", disse. "Vou ter que pedir dinheiro emprestado à minha família."

Tenho 40 anos e ainda não tenho previdência privada. É tarde para começar?

Letícia Braga de Andrade

Chegar aos 40 anos provoca perguntas curiosas, algumas existenciais: estou onde imaginei que estaria? Fiz as escolhas certas? O que ainda quero realizar? Mas outra dúvida, bem menos filosófica e igualmente importante, exige reflexão: Quem vai pagar as minhas contas quando eu decidir, ou precisar, parar de trabalhar? Para muita gente, a resposta automática é: o **INSS**.

Eu ainda aprofundo essa questão: a renda que terei será suficiente para financiar a vida que desejo ter? Uma pequena mudança de perspectiva que faz toda a diferença.

O **INSS** tem um papel importante na proteção financeira do trabalhador. Mas a previdência privada pode funcionar como um complemento dentro de um planejamento de longo prazo. E é justamente por volta dos 40 anos que essa conversa começa a ficar especialmente interessante.

Aos 20 anos a aposentadoria parece pertencer a outra vida. Aos 30, normalmente estamos ocupados demais pagando boletos, construindo carreira, família, patrimônio ou tentando organizar tudo isso ao mesmo tempo. Já aos 40 algo diferente acontece. O futuro começa a mandar a conta para o presente.

Imagine que sua aposentadoria seja uma viagem longa. Durante muitos anos você sabe que essa viagem vai acontecer. Imagina mais ou menos quando gostaria de partir e até pensa no destino. Só falta um pequeno detalhe: comprar a passagem.

Aos 40 anos, talvez ainda haja bastante estrada pela frente. O problema é que continuar dizendo depois eu vejo isso não faz a viagem desaparecer. Só reduz o tempo disponível para financiá-la. E, quando falamos em investimentos de longo prazo, tempo não é detalhe, é parte da estratégia.

Fiz uma simulação simples, apenas para mostrar o efeito do tempo. Considerei aportes mensais de R$ 100 durante 25 anos e uma rentabilidade hipotética de 8% ao ano. Ao final, o saldo chegaria a cerca de R$ 90,9 mil. É uma simulação meramente educacional, em valores nominais, que não considera **inflação**, custos, **impostos** ou outras oscilações e, portanto, não representa promessa de rentabilidade.

Agora vem a parte mais interessante: dos R$ 90,9 mil, apenas R$ 30 mil teriam saído efetivamente do bolso do investidor. Os outros R$ 60,9 mil corresponderiam ao efeito hipotético dos rendimentos acumulados no período.

R$ 100 continuam sendo R$ 100. O que muda é quanto tempo damos para esse dinheiro trabalhar. É por isso que talvez a pergunta de quem está chegando aos 40 não deva ser "Já estou atrasado para começar uma previdência?". E sim: "Quanto vai me custar continuar adiando?"

Existe uma armadilha comportamental bastante comum no planejamento financeiro: imaginar que começaremos a cuidar do futuro quando nossa vida financeira estiver perfeitamente organizada. Quando ganharmos mais. Quando terminarmos aquele financiamento. Quando os filhos crescerem. Quando recebermos a promoção. Quando sobrar dinheiro. O problema é que a vida encontra uma utilização surpreendentemente eficiente para todo dinheiro que sobra.

Por isso, prefiro a lógica começar de forma sustentável costuma ser mais valioso do que esperar pelo aporte perfeito. Em outras palavras, talvez você não consiga começar com R$ 1 mil. Mas consegue com R$ 100? R$ 200? R$ 300?

O primeiro objetivo não precisa ser construir imediatamente a aposentadoria inteira. Pode ser simplesmente criar o hábito de financiar o seu eu do futuro. Depois, conforme renda, carreira e orçamento mudarem, os aportes podem ser revistos.

Outro ponto que prefiro evitar é começar a conversa pelo produto. Qual é melhor: PGBL ou VGBL? Isso porque, antes dessa decisão, há perguntas mais importantes: Para que estou investindo? Quando pretendo utilizar esse dinheiro? Qual nível de risco faz sentido para mim?

Só depois entram decisões como PGBL ou VGBL, tributação, fundos, custos e regras do plano. De forma simplificada, no PGBL as contribuições podem ser deduzidas da base de cálculo do IR até o limite de 12% da renda bruta anual tributável, observados os

requisitos legais. Por isso, tende a fazer mais sentido para quem utiliza a declaração completa e reúne as condições para o benefício. No VGBL, o IR incide sobre os rendimentos no resgate e não sobre o valor total acumulado.

Talvez a grande questão aos 40 não seja apenas aposentadoria. Talvez seja liberdade. Liberdade para reduzir o ritmo aos 60, mudar de carreira, trabalhar porque quer, e não exclusivamente porque precisa, viajar mais, ajudar os filhos, dedicar tempo a um projeto pessoal, ou simplesmente manter alguma tranquilidade financeira quando o salário mensal deixar de existir.

A previdência privada pode ser uma conversa sobre opções e não exclusivamente sobre aposentadoria. E quanto mais cedo construímos patrimônio para o futuro, mais opções podemos ter lá na frente. É aqui que os 40 ganham outro significado. Você não tem o mesmo horizonte de quem começou aos 20, é verdade. Mas também não está diante de uma porta fechada. Você ainda tem algo muito valioso: tempo suficiente para tomar uma decisão diferente a partir de agora.

Planejamento financeiro raramente nasce de uma grande decisão. Ele nasce de várias decisões pequenas repetidas durante muito tempo. Então, antes de procurar o "melhor plano de previdência", pegue papel, calculadora ou planilha e responda a três perguntas: Quanto imagino precisar por mês quando parar de trabalhar? Quanto dessa renda espero receber do regime público? Qual é a diferença entre esses dois valores?

Essa diferença ajuda a dimensionar a renda que você precisará para construir o futuro que deseja financiar. A partir daí, avalie quanto cabe no orçamento hoje e quais alternativas de investimento, inclusive a previdência privada, fazem sentido para seu objetivo, prazo e perfil.

Aos 40, olhar para os 60 ou 70 anos pode causar certo desconforto. E talvez isso não seja ruim. Talvez seja justamente o impulso necessário para agir. O medo do futuro pode nos paralisar. Mas também pode nos lembrar de que esse futuro ainda está sendo construído.

É praticamente impossível saber hoje como será exatamente a nossa vida daqui a 20 ou 30 anos. Mas há uma decisão que podemos tomar imediatamente: Quanto do nosso futuro queremos começar a financiar agora?

Site: https://economia.uol.com.br/colunas/pagbank-investimentos/2026/11/05/tenho-40-anos-e-ainda-nao-tenho-previdencia-privada-e-tarde-para-comecar.ghtm

Alcolumbre freia PEC da Maioridade Penal

» LUÍZA ALTOÉ

Após disputas entre senadores e deputados sobre qual Casa dará andamento ao tema da redução da maioridade penal, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), anunciou ontem que vai esperar a Câmara concluir a tramitação para então colocar o tema em votação. Segundo ele, a decisão atende a um pedido do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara.

"Na condição de presidente, preciso compreender que a ponderação foi razoável. E mesmo a gente concordando ou não, eu preciso tentar, da melhor maneira possível, uma relação pacífica, mesmo compreendendo que o Senado também pode ser Casa iniciadora e não só revisora" argumentou Alcolumbre.

Na Câmara, a tramitação da proposta está mais avançada. A proposta de emenda à Constituição (PEC) foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tramita em uma comissão especial. O relator do texto, Mendonça Filho (PL-PE), e o presidente da comissão especial, Aluísio Mendes (Republicanos-MA), pretendem apresentar e votar o relatório no co-legiado no fim deste mês.

De acordo com Mendes, há compromisso por parte de Motta de que a matéria seja votada em plenário assim que aprovada na comissão especial. A ideia, segundo ele, é que a PEC seja enviada para análise do Senado na primeira semana de dezembro. "O presidente Davi fez um compromisso com a gente - antes da eleição - de que, a Câmara votando, ele votaria imediatamente no plenário" disse.

Ao comentar sobre o mérito da proposta, Mendonça defendeu uma redução da maioridade penal de 18 anos para 16 anos. "Tenho uma firme convicção em torno dos 16 anos" frisou. Ainda assim, destacou que está aberto a discutir o alcance da medida, assim como se ela estará restrita a algum tipo de crime específico. "O debate está aberto. Eu quero construir" afirmou. Ele defendeu, por exemplo, que menores de 18 anos cumpram pena separados dos maiores de idade.

O colegiado também aprovou requerimentos que envolvem convites

a representantes do governo para discutir a redução da maioridade penal. Entre os pedidos, foi aprovado uma audiência com o ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva; e representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública e da Polícia Federal. Além disso, convites à ministra dos Direitos Humanos, Ja-nine Mello, para debater o assunto.

Mendes criticou o fato de o Senado desejar andar com o assunto de "afogadilho" sendo que a Câmara discute o tema e segue o processo legislativo desde antes das eleições. "Esse açodamento do Senado não se justifica, porque essa Casa não está se omitindo" enfatizou. "Eu estive com o presidente Hugo Motta agora. Conversei com ele que é um absurdo a Câmara ser atropelada dessa forma."

Conforme o parlamentar, a insatisfação não se restringia à Câmara, mas também a senadores que não estão satisfeitos com a "pressa" para votar o tema no Senado.

As críticas vieram à tona após o Senado articular, na terça-feira,

após a aprovação da PEC da Segurança Pública, a possibilidade de votar, ontem, um texto da Casa sobre a redução da maioridade penal.

O acordo foi firmado depois que o tema ficou fora da PEC da Segurança Pública e as emendas sobre redução da maioridade penal foram transformadas em propostas autônomas.

Durante o dia de ontem, o líder do MDB, senador Eduardo Braga (AM), colheu assinaturas e conseguiu apresentar um requerimento

de calendário especial para que a PEC da redução da maioridade penal tivesse sua tramitação acelerada. Com isso, a matéria pode-ria ser apreciada diretamente em plenário, sem precisar passar pelas comissões. Com a negativa de Alcolumbre, Braga sugeriu o estabelecimento de uma data-limi-te para a Câmara votar a matéria; caso contrário, o Senado daria andamento ao assunto.

Para além da disputa entre as

Casas, a definição de um texto de consenso também é um entrave para a tramitação acelerada da PEC no Senado. A mais rígida, do Partido Liberal (PL), reduz a maioridade penal de 18 anos para 16 anos em casos de crimes gerais, indo para 14 anos em crimes hediondos. A do PT, por outro lado, sugere a redução para 16 em casos de crimes hediondos, mantendo em

18 casos gerais. Ambas tramitam em conjunto.

A decisão de Alcolumbre de aguardar a PEC da Câmara provocou críticas de senadores da oposição. Eles defenderam que o Senado tivesse protagonismo no debate. O líder do PL, senador Carlos Portinho (PL-RJ), reprovou a decisão e a quebra do acordo. Segundo ele, não existe possibilidade de novos acertos com o governo no âmbito da **reforma tributária** e da regulamentação da jornada de trabalho 5x2. "O governo esgotou, com o líder do PL, qualquer possibilidade de acordo pelo menos pelos próximos meses, até que o mínimo seja cumprido", afirmou.

Já a líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), defendeu o prosseguimento da tramitação na Câmara. Ela disse que o tema demanda um debate aprofundado, tendo em vista as divergências. Para a parlamentar, isso não inviabiliza que o assunto seja votado também pelo Senado ainda este ano. "Não é porque a gente é Casa revisora que a gente vai dizer que é melhor e maior do que os deputados, que estão trabalhando esse tema numa comissão especial", disse.

A reação da oposição foi criticada por Alcolumbre. Ele lamentou que muitos atores políticos se promoveram e ganharam a eleição ofendendo as pessoas. "(Foram eleitos) com base em alguma agenda específica - fosse contra o Judiciário, o Executivo, o presidente do Senado -, porque dava voto na eleição um parlamentar ofender um presidente do Senado que não abre impeachment de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)" rebateu.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/05/all.pdf

Planalto tenta aproveitar atual Congresso e avançar pautas antes do recesso

LETÍCIA PILLE leticia.pille@oglobo.com.br BRASÍLIA

Temas vão do Orçamento a medidas adotadas durante a campanha; governo prevê mais dificuldades com novos eleitos

A aprovação da PEC da Segurança Pública pelo Senado deu ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) uma demonstração de força no Congresso após a reeleição. Com a proposta, considerada uma das principais bandeiras do atual mandato, encaminhada para promulgação, o Planalto tenta aproveitar o entendimento construído com parlamentares para avançar em outras cinco prioridades até o fim do ano. Dentre elas, estão medidas relacionadas às apostas on-line, à gratuidade do transporte público, à **reforma tributária**, ao Orçamento de 2027 e à análise de indicações de autoridades.

Para dar continuidade à agenda, o governo conta com o apoio dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (RepublicanosPB), responsáveis por conduzir as votações nas respectivas Casas. A intenção do Planalto é acelerar a tramitação do maior número possível de propostas ainda nesta legislatura, antes da posse dos parlamentares eleitos em outubro, que darão à oposição uma presença mais expressiva tanto na Câmara quanto no Senado.

DE BETS A TARIFA ZERO

Entre as prioridades do governo estão a aprovação da medida provisória que proíbe as apostas on-line, as bets, e a proposta de tarifa zero no transporte público aos fins de semana. As duas iniciativas foram apresentadas por Lula durante a campanha à reeleição, em uma tentativa de ampliar o apelo de sua candidatura e conquistar votos em meio à disputa acirrada com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

No caso das bets, o calendário impõe uma pressão adicional sobre o Planalto. Editada em 25 de setembro, a MP 1.394/2026 tem prazo inicial de votação até 23 de novembro, com possibilidade de prorrogação por mais 60 dias. Caso não seja aprovada pela Câmara e pelo Senado dentro do prazo total de vigência, a medida perderá a validade, deixando de produzir efeitos.

Já a proposta de emenda à Constituição (PEC) da tarifa zero aos fins de semana, enviada ao Congresso às vésperas do segundo turno presidencial, depende da aprovação de deputados e senadores. Diferentemente das medidas provisórias, a iniciativa não está sujeita a um prazo de caducidade, mas o governo pretende acelerar sua tramitação antes da chegada das novas bancadas, em fevereiro de 2027. O principal entrave está na definição das fontes de financiamento para custear a gratuidade do transporte público.

Na área econômica, o Planalto também busca avançar na regulamentação da **reforma tributária** e nas discussões sobre a alíquota de referência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O governo pretende concluir etapas da implementação do novo sistema, mas ainda precisa negociar pontos com parlamentares e setores econômicos.

O Orçamento de 2027 é outra prioridade da reta final. A aprovação das peças orçamentárias é considerada fundamental para organizar as despesas e os investimentos previstos para o início do quarto mandato de Lula. A tramitação, contudo, envolve negociações sobre a destinação de recursos e o espaço reservado às emendas, tradicionalmente um dos principais pontos de disputa entre Executivo e Legislativo.

CONDIÇÕES FAVORÁVEIS

Além das propostas legislativas, o governo pretende destravar indicações de autoridades pendentes de análise pelo Senado, incluindo nomes para agências reguladoras.

A avaliação entre governistas é que a atual composição do Congresso oferece condições mais favoráveis para a aprovação de determinadas matérias, especialmente diante do fortalecimento do PL e de outros partidos de direita nas eleições. Por isso, a estratégia é aproveitar os próximos dois meses para avançar em projetos que poderão enfrentar resistências maiores a partir de fevereiro, quando as novas bancadas assumirão. O Legislativo entra em recesso de 23 de dezembro a 1º de fevereiro de 2027.

A articulação também envolve os interesses dos

próprios presidentes das Casas. Tanto Motta quanto Alcolumbre pretendem disputar a recondução aos cargos no próximo ano e contam com o apoio de Lula e de parlamentares governistas para construir maiorias nas respectivas eleições internas. Os dois já se movimentam nos bastidores em busca de apoio entre diferentes bancadas, em negociações que também passam pela relação com o Planalto.

Na terça-feira, a PEC da Segurança foi aprovada em dois turnos, após o governo conseguir barrar a tentativa da oposição de incluir a redução da maioridade penal no texto. O acordo, articulado com líderes partidários e o presidente do Senado, permitiu preservar a proposta aprovada pela Câmara, evitando que precisasse retornar aos deputados. A conclusão da tramitação também abre caminho para a criação do Ministério da Segurança Pública, uma das promessas de Lula na campanha.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

OAB e CNI pedem adiamento da Reforma Tributária

FABIO GRANER E PEPITA ORTEGA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Ordem dos Advogados do Brasil cita "incertezas operacionais e econômicas"

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) defenderam ontem o adiamento da implementação da **Reforma Tributária**, que vai modificar o sistema de cobrança de **impostos** no país a partir de 2027. A OAB pede que ela seja postergada para 2028 e alega "incertezas operacionais e econômicas que ainda envolvem o novo sistema".

Já a CNI enviou carta aos ministros da Fazenda, Dario Durigan, e do Desenvolvimento,

Márcio Elias Rosa, solicitando o adiamento. O pedido chama a atenção porque, em tese, o setor industrial tende a ser o mais beneficiado com a reforma, pela forte ampliação nas possibilidades de dedução de **tributos** pagos em fases anteriores do processo produtivo.

O documento foi enviado uma semana após o Tribunal de Contas da União (TCU) definir a alíquota da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, o tributo que vai substituir PIS, Cofins e parte do IPI) em 11,3%. O valor ficou acima dos 9,21% considerados em estimativas anteriores e levantou questionamentos sobre a carga tributária do novo sistema. Embora não haja menção a isso na carta, o nível assustou boa parte das empresas de diferentes segmentos e o incômodo que já chegou aos senadores, a quem caberá dar a palavra final sobre o tema.

Na carta, a CNI elenca uma série de motivos para pedir o adiamento e a continuidade portodooanode2027doperíodo de testes que está em curso. Entre as razões estão: regulamentação incompleta e instável da CBS, falta de regulamento do Imposto Seletivo e mudanças frequentes em notas técnicas publicadas pelos órgãos do governo; instabilidades na plataforma de apuração; indisponibilidade dos módulos de créditos e integração dos softwares empresariais com as plataformas públicas; dificuldades com documentos fiscais e operações específicas, entre outras.

"TRANSIÇÃO RESPONSÁVEL"

A CNI alerta para o risco de penalizações por erros operacionais que considera inevitáveis diante das dificuldades de adaptação, especialmente para empresas de menor porte.

Já a OAB afirma que o adiamento pode levar a uma "transição responsável" às novas regras, em especial à substituição de PIS e Cofins pela CBS e a instituição do Imposto Seletivo. A OAB diz que as mudanças exigem "preparação e definições" para que sejam aplicadas de maneira "segura e previsível".

Em manifesto, o Conselho Federal e as 27 seccionais da OAB sustentam que a prorrogação da implementação da **Reforma Tributária** vai permitir a operacionalização do novo sistema, dar melhores condições para que as empresas se preparem para as mudanças e reduzir "riscos de prejuízos à população".

"Uma transição planejada, com regras claras e tempo adequado para adaptação, é fundamental para evitar prejuízos às atividades produtivas e à população", diz a entidade em nota.

A OAB cita a preocupação com a definição das alíquotas, mas também alerta que uma implementação precipitada pode ampliar divergências de interpretação, elevar custos e provocar a judicialização de questões tributárias. A Ordem defende transição planejada, com regras claras e tempo adequado para adaptação, a fim de evitar prejuízos às atividades produtivas e à população.

Na área econômica do governo, fontes mostram indisposição com o adiamento. Há um reconhecimento de que há situações de sistema que ainda não estão totalmente prontos e operacionais, mas a visão é que nenhuma empresa que agir de boa-fé terá problemas ou punições em caso de erros. A lógica é agir de maneira amigável com o contribuinte, inclusive com a possibilidade de um programa de conformidade específico para a **Reforma Tributária**.

A **Reforma Tributária** unificará os **tributos** sobre o consumo no Imposto sobre Valor Agregado (IVA), formado por duas alíquotas: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), em âmbito federal, que vai reunir PIS, Cofins e IPI; e o Imposto sobre Bens e

Serviços (IBS), que vai reunir ICMS (imposto estadual) e ISS (municipal).

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Democratas apertam o cerco a data centers de IA

Os projetos de centros de dados para inteligência artificial em Estados americanos como Texas, Ohio e Georgia devem ficar mais caros para gigantes de tecnologia. Na gestão democrata, os projetos de data centers de grande escala, os "hyperscalers", serão submetidos a uma regulamentação mais rígida sobre impacto ambiental, social e uso de energia limpa. Para especialistas ouvidos pelo Valor, as big techs não devem desacelerar investimentos em projetos que já foram contratados com base em queima de caixa e endividamento crescente, o que vem preocupando investidores.

"As medidas em Estados sob a gestão do partido democrata podem envolver redução ou cancelamento de incentivos fiscais, tornando os projetos mais caros já que as big techs alavancadas não podem diminuir o ritmo dos projetos", diz o diretor de investimentos do banco suíço EFG, Luis Ferreira. "O Texas, em particular, concentra 25% do pipeline de data centers nos EUA", ele destaca.

A possibilidade de encarecimento ou redução no ritmo da ampliação de centros de dados nos EUA gerou volatilidade e queda nos papéis de Nvidia, Intel e Broadcom nesta quarta-feira (4).

A governadora democrata eleita no Texas, Gina Hinojosa, promoveu uma virada histórica em um reduto republicano há 36 anos. A nova gestão deve mexer nos incentivos de empresas como Tesla, SpaceX e Oracle, que transferiram sedes para o Estado

incentivadas pelo presidente Donald Trump, bem como em projetos bilionários de data centers de empresas como Meta, Alphabet, Microsoft e OpenAI. Hinojosa fez campanha por uma pausa em novos projetos até que o Estado adote regras mais rígidas.

O Texas abriga um grande número de centros de dados nos EUA : são 252 campi. Mesmo número da Virginia, que possui a maior concentração de data centers do mundo, e que também terá regras mais rígidas para novos projetos (ver infográfico).

Em setembro, a governadora democrata da Virgínia, Abigail Spanberger, anunciou um pacote de medidas para obrigar as empresas a arcar com custos de transmissão e melhorias na rede elétrica, limitar a geração local por gás natural, revisar geradores a diesel e acelerar regras de ruído e uso de água. O pacote inclui novas regras de zoneamento para data centers com consumo superior a 25 megawatts.

Os novos governos democratas dos Estados de Ohio e Geórgia também defendem moratórias em projetos e construção de centros de dados, assim como Nova York.

Em julho, a governadora reeleita de Nova York, a democrata Kathy Hochul, emitiu uma ordem executiva impondo uma moratória de até um ano para a construção ou licenciamento de novos grandes data centers no Estado.

A governadora eleita em Ohio, Amy Acton, propôs uma moratória condicional sobre a construção de novos centros de dados no Estado. A democrata Keisha Lance Bottoms, ex-prefeita de Atlanta e primeira mulher negra eleita para o governo da Geórgia, argumentou que a suspensão temporária de centros de dados permitirá a avaliação de sobrecarga que os centros de dados impõem à rede elétrica do Estado.

Além da pressão de governos democratas sobre a expansão desenfreada de data centers, a escassez de terrenos e fontes de energia nos EUA, colocam o Brasil como "a bola da vez" para novos projetos, observa o executivo-chefe (CEO) da consultoria B.Real Capital, Alisson Takano. "Com abundância de recursos naturais, localização geográfica favorável e grande quantidade de cabos submarinos, o Brasil deixou de ser uma oportunidade eventual para uma alternativa estratégica de expansão de data centers diante dos limites de terra e energia nos Estados Unidos", afirma o executivo à frente da consultoria especializada em desenvolvimento, captação de recursos e alocação de infraestrutura para projetos de data center.

Takano defende, contudo, que o país aproveite a onda de investimentos com regulação criteriosa, evitando repetir "a corrida armamentista da IA" promovida por Donald Trump contra a China, que resultou em "uma diligência superficial" de impacto ambiental e social dos projetos.

"O Brasil tem a faca e o queijo na mão para fazer

direito, mas temos que passar por uma regulação muito criteriosa", diz o CEO da Be.Real Capital.

O presidente do CPQD, Sebastião

Sahão Junior, alerta para a necessidade do país reforçar as políticas de estímulo à atração de centros de dados e garantir contrapartidas de cooperação tecnológica. "A questão não é trazer ou não centros de dados para o Brasil. O ponto é que elesprecisam vir acompanhados de um pacote comtodo o potencial desenvolvimento associado ao negócio",afirmao presidente do

CPQD, fundação orientada à pesquisa e inovação com sede em Campinas (SP). "Sem isso, o movimentoserá um desperdício."

Empresas de tecnologia aguardam a regulamentação do Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center (Redata) antes do fim do ano. O regime de incentivos fiscais para equipamentos de data center foi sancionado em setembro. No entanto, a validade de incentivos fiscais como PIS/Pasep, Cofins e IPI, termina em 1º de janeiro de 2027, na transição da **Reforma Tributária**. "Muitos projetos "engatilhados" dependem da definição de componentes no Redata para avançar na compra de equipamentos", observa Takano.

"Há grande incerteza e BC busca equilibrar pratos"

"BC considera a Selic contracionista e reconhece que a atividade está desacelerando" Fernando Honorato

Na avaliação do economistachefe do Bradesco, Fernando Honorato, o BC buscou equilibrar pratos entre uma economia que enfrenta choques de oferta, piora das expectativas e desaceleração econômica. A barra para subir os juros, neste ambiente, é bastante elevada e o Copom entrou em um "período de observação".

Valor:

Fernando Honorato: Achei um **comunicado** bastante apropriado e adequado para o momento. Digo isso justamente porque há um conjunto grande de incertezas que o BC está tentando equilibrar.

Valor: O **comunicado** pareceu uma tentativa de equilibrar pratos?

Honorato: Acho a imagem bastante apropriada. O que ele quis dizer foi que vê uma economia que está esfriando, com choques importantes de oferta e, ao mesmo tempo, uma piora nos preços dos ativos e das expectativas. Esse cenário é desafiador para a condução da política monetária e, por isso, é preciso ter serenidade e cautela.

Valor: Quais seriam os sinais de "serenidade" no **comunicado**?

Honorato: Eu vejo, como um sinal de "serenidade", que o Copom não vai responder diretamente ao choque das expectativas de **inflação**, justamente porque a economia está esfriando e ele classifica a Selic como "substancialmente contracionista".

Valor: A barra para elevar os juros é alta?

Honorato: Ele dá uma dica neste sentido, quando diz que a projeção de **inflação** utiliza a Selic extraída do Focus. Ela está em 12,5% para o ano que vem. Isso quer dizer que, qualquer que seja a Selic em 2027 se for entre 12,5% e 13,75%, a projeção de **inflação** cai e ele estará ao redor da meta. Por isso o 13,75% é consistente com a convergência. É um jeito de dizer que está buscando equilibrar uma economia que esfria em meio aos vários choques.

Valor: O que significa dizer que a combinação de economia fraca com choques desafia a política monetária?

Honorato: Há um certo pedido implícito de ajuda ao governo. Caso o governo ajude a reduzir as incertezas que estão produzindo a piora das expectativas e do câmbio, prevalecerá o vetor de uma economia fraca em um ambiente de juro alto, o que abriria a possibilidade de cortes de juros. A barra para subir os juros é bastante alta. Ele considera a Selic contracionista e reconhece que a atividade econômica está desacelerando.

Valor: A falta de "ajuda" do governo pode levar a um cenário de **inflação** alta, juro alto e economia fraca no ano que vem?

Honorato: De uma maneira implícita, foi isso que o Banco Central

Como avaliou a decisão?

escreveu. É um cenário muito difícil para o BC ter uma economia fraca com **inflação** elevada e juros elevados. Mas não me parece que esse seja um cenário dado. Não é certo que a Selic precise passar o ano inteiro de 2027 em nível tão contracionista. A economia fraca me parece algo dado, assim como uma **inflação** alta. Agora, a Selic vai depender de onde vai se estabilizar o câmbio. Se o governo for capaz de dar sinais positivos da política fiscal e o ambiente externo permitir é possível que cortes voltem a ocorrer a partir do segundo semestre.

Valor: O que levaria o BC a retomar as altas de juros?

Honorato: Tenho a impressão de que uma deterioração do câmbio seria mais determinante do que o Focus. É claro que a piora das expectativas constrange o BC e fica mais difícil de cortar. Mas, com o câmbio estável, ele pode olhar para choques de oferta e ver uma menor chance de propagação para a economia. E isso compra algum tempo para responder à piora do Focus, que também acaba incorporando outros fatores que não têm relação direta com a política monetária, como o fiscal.

Valor: O Copom se colocou em modo de pausa?

Honorato: Não é um "data dependent", mas eu diria que é um "estado de observação". O "data dependent" normalmente indica que, se sair um indicador econômico, ele pode se mexer. Acredito que agora o BC esteja em um estado de observação que envolve

várias coisas que ele próprio tem dificuldade de medir. Há diversos choques, como o El Niño, o petróleo, a **reforma tributária** e o fim da escala 6x1. Ele ganha, assim, algum tempo para observar os efeitos dos choques de oferta. Do outro lado, também vai esperar para ver quais são as medidas do governo para apoiar a política fiscal e a moeda. São vários eventos. O Copom entrou em um período de observação.

Valor: Como vê a discussão proposta por André Lara Resende?

Honorato: A matemática da dívida pública é que, de fato, o governo tem um resultado primário próximo de 0% e, portanto, o crescimento da dívida deriva dos juros. Não há qualquer espaço de contestação para esse dado. A confusão está na prescrição: vamos cortar os juros que o problema estará resolvido. Isso é errado. Valor: Por quê?

Honorato: O primário é menor do que o necessário para estabilizar a dívida. Com um juro um pouco menor no Brasil, algo em torno de 1,5% a 2% estabiliza a dívida. E ainda que a discussão possa ser explorada teoricamente, há casos em que ela já foi testada, no próprio Brasil e na Turquia. A reação foi muito parecida e negativa: as expectativas pioraram e a **inflação** subiu. Não funciona. E acreditar que é possível conseguir conter a depreciação do câmbio com as reservas pode funcionar por um tempo. Mas, à medida que as reservas caem, cresce a percepção de risco externo, o que potencializa a deterioração do câmbio.

Valor: O momento é bom? Honorato: Quanto ao "timing", ele claramente atrapalha a decisão do BC. Até cogitamos uma hipótese em que o BC reduziria os juros nesta reunião e daria uma sinalização de encerramento do ciclo. Se o Copom cogitou essa hipótese, é possível que a discussão tenha atrapalhado bastante.

CNI diz que alíquota de 11,3% da CBS aumenta carga tributária e cobra revisão do Senado

Márcia Magalhães

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) afirma que a alíquota de referência de 11,3% da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), calculada pelo TCU (Tribunal de Contas da União), provocará aumento da carga tributária sobre empresas e consumidores.

A indústria questiona o período usado como referência para determinar a alíquota, alega que o Imposto Seletivo também trará aumento de carga e afirma que o Senado deverá discutir as premissas utilizadas no cálculo antes de fixar o percentual até a data limite de 15 de dezembro.

"A não elevação da carga tributária é um dos pressupostos mais importantes da **reforma tributária** . É por isso que o Senado deverá ponderar os elementos políticos e técnicos, provenientes do competente estudo do TCU, de modo a equilibrar os anseios dos consumidores, dos setores produtivos e as necessidades de financiamento da União", afirma Ricardo Alban, presidente da CNI.

Para Alban, a carga tributária no Brasil já está acima do limite para um país em desenvolvimento, e o equilíbrio fiscal passa, necessariamente, pela racionalidade dos gastos públicos de todos os poderes.

Segundo a confederação, é fundamental que o Senado discuta o período de referência utilizado para calcular a carga tributária que se pretende preservar.

Isto porque a projeção feita pelo TCU considerou, como determina a Lei Complementar 214/2025, a carga tributária média de 2012 a 2021, mas esse intervalo inclui anos em que o PIS e a Cofins eram calculados com o ISS e o ICMS na base de cálculo, antes de o STF (Supremo Tribunal Federal) decidir pela exclusão destes **impostos**.

Na avaliação da CNI, essa diferença faz com que a referência de arrecadação seja superior à que seria obtida com dados mais recentes, posteriores à decisão do Supremo. Com isso, a alíquota necessária para reproduzir a média histórica também fica mais alta.

A CBS substituirá, a partir de 2027, o PIS e a Cofins, além do IOF incidente sobre seguros e de parte do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). A alíquota de 11,3% ficou acima da projeção de 9,21% que vinha sendo considerada após a ampliação dos benefícios e regimes diferenciados durante a tramitação da reforma no Congresso .

Reportagem da Folha mostra que uma alíquota de aproximadamente 10% seria suficiente para manter a arrecadação dos **tributos** envolvidos na reforma no nível médio dos dez anos encerrados em 2024. Nesse intervalo, a carga correspondeu a 4,63% do **PIB** (Produto Interno Bruto), abaixo dos 4,99% registrados na média de 2012 a 2021, utilizada pela legislação.

A CNI entende ainda que as diferenças em relação a projeções anteriores também podem estar em outras variáveis, como na redução da sonegação que será obtida com a reforma, no redutor sobre compras públicas e nas hipóteses de arrecadação com o Imposto Seletivo e o IPI residual.

A CNI reforça a importância da **reforma tributária** para a economia brasileira e diz que os ganhos proporcionados por ela, como o fim da cumulatividade e a desoneração de investimento e exportações, certamente vão acelerar o crescimento econômico e aumentar a qualidade de vida dos brasileiros, mas defende que o diálogo técnico continue no Senado.

"É no sentido de maximizar esses ganhos que a entidade reforça a necessidade de um debate profundo no Senado e se coloca à disposição para participar do diálogo que levará à melhor resposta aos interesses da sociedade brasileira", conclui.

Site: https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2026/11/cni-diz-que-aliquota-de-113-da-cbs-aumenta-carga-tributaria-e-cobra-revisao-do-senado.shtml

Imposto do pecado : o que é e como vai funcionar a tributação sobre produtos prejudiciais à saúde

Por Redação g1 - São Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou nesta quarta-feira (4) e enviou ao Congresso Nacional a medida provisória (MP) que define as regras de cobrança do Imposto Seletivo, também conhecido como o imposto do pecado .

O tributo, que foi aprovado no âmbito da **reforma tributária** sobre o consumo, começa a ser cobrado em 2027 e tem o objetivo de encarecer produtos ou atividades que causam danos à saúde ou ao meio ambiente, como forma de reduzir a demanda.

??Favorite o g1 no Google e acompanhe as principais notícias do dia

A lista inclui bebidas alcoólicas, refrigerantes e cigarros. Também vai incidir sobre alguns veículos, conforme o nível de poluição, sobre a extração de bens minerais, e sobre loterias, apostas e jogos de fantasy sports.

Segundo o governo, a proposta enviada nesta quarta-feira prevê, para 2027, a manutenção da carga tributária atual sobre esses itens, por se tratar de período de transição. A partir de 2028, a ideia é que a taxação aumente.

Como vai funcionar o Imposto Seletivo?

A forma de cobrança varia de acordo com o produto ou a atividade.

No caso das bebidas alcoólicas, por exemplo, a tributação será maior quanto maior for o teor alcoólico da bebida. Já para os veículos, a alíquota poderá variar conforme critérios relacionados ao nível de poluição.

O imposto não será cobrado sucessivamente em todas as etapas da cadeia. A legislação determina que ele incida apenas uma vez sobre cada bem ou serviço. Assim, o tributo não será acumulado a cada etapa de fabricação e comercialização até chegar ao consumidor.

Quando começa a valer?

Embora esteja previsto para 2027, o Imposto Seletivo não começará a ser cobrado imediatamente no início do ano.

O tributo está sujeito à chamada noventena, que estabelece um intervalo de 90 dias antes do início da cobrança. Segundo o governo, esse período deve se estender provavelmente até fevereiro de 2027.

Até lá, o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) continuará sendo cobrado sobre esses produtos, como forma de evitar uma perda de arrecadação durante a transição.

Qual deverá ser a arrecadação?

Para 2027, a equipe econômica estima arrecadar R$ 41,9 bilhões com esse tributo, segundo a proposta de Orçamento enviada ao Congresso.

Com a cobrança do Imposto Seletivo e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), outro tributo criado pela reforma e que começará a ser cobrado no ano que vem, o governo busca manter a arrecadação estável em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**).

O que dizem estudos sobre produtos afetados?

?? Álcool: estudo da Fiocruz citado pelo Ministério da Saúde estima que o consumo gerou R$ 18,8 bilhões em custos em 2019, sendo R$ 1,1 bilhão em gastos federais com saúde e R$ 17,7 bilhões em perda de produtividade causada por mortes prematuras, afastamentos do trabalho e outros fatores.

?? Cigarros: doenças relacionadas ao tabagismo geram R$ 153,5 bilhões em custos por ano, segundo o Ministério da Saúde, considerando impactos diretos e indiretos. A arrecadação federal com a venda de cigarros, por sua vez, é de cerca de R$ 8 bilhões anuais.

?? Bebidas ultraprocessadas: o tratamento de doenças associadas ao consumo de produtos como

refrigerantes, isotônicos e refrescos custa quase R$ 3 bilhões por ano ao SUS, segundo estudo usado pelo governo para embasar o Imposto Seletivo.

Produtores de bebidas alcoólicas, por outro lado, afirmam que o setor já é altamente tributado e que novos aumentos podem elevar preços, reduzir margens, provocar demissões e estimular o mercado ilegal. Segundo o setor, os **impostos** representam de 40% a mais de 80% do preço das bebidas.

Site:
https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/11/05/imposto-do-pecado-o-que-e-e-como-vai-funcionar.ghtml

Bets nunca mais

As bets são uma calamidade pública, provocam problemas de endividamento, vício, saúde mental e desestrutura-ção dos indivíduos e das famílias. Se alguém se vicia, mesmo que a família não se envolva, sofre as consequências. Não faltam depoimentos, casos psiquiátricos e pesquisas para comprovar o efeito nocivo dos jogos na vida das pessoas.

Os pesquisadores associam a dependência dos jogos a outros vícios compulsivos tais como do álcool, do cigarro, da

cocaína, do sexo, da alimentação ou do consumo. Tudo está disponível a um toque no celular. E menores de 18 anos também estão expostos aos jogos de azar, comprometendo o dinheiro que pode-ria ser utilizado de maneira mais racional e construtiva. O que amplia o perigo da vulnerabilidade e dos transtornos psicológicos.

O fato de as bets contribuírem nas contas públicas com o pagamento de **impostos** não é aceitável, mesmo porque os prejuízos em saúde pública são enormes. Estimativas do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps) em parceria com a Frente Parlamentar da Saúde Mental e o Umane calculam que o custo dos danos provocados pelos jogos de azar chegam a R$ 38, 8 bilhões anuais.

E isso sem contabilizar outros impactos como a perda do emprego, da moradia ou a prisão.

A mesma pesquisa detalha que os danos à saúde associados ao jogam são de R$ 17 bilhões relacionados à mortes por suicídio; 13,4 bilhões, relacionados à depressão; e R$ 3 bilhões em tratamentos médicos. Além dos custos diretos para o Estado, existem perdas mais imponderáveis, do ponto de vista dos números, mas reais na perspectiva de qualidade e duração da vida. O estudo pondera que, se as bets provocam custos bilionários para o Estado, o setor de apostas on-line produz lucros bilionários. No primeiro semestre deste ano, o setor faturou R$ 17, 4 bilhões.

Apesar de a tributação sobre o setor

ter passado de R$38 milhões entre janeiro e setembro de 2024 para R$ 6,8 bilhões no mesmo período de 2025, um aumento de 180 vezes, somente 1% da arrecadação foi destinado à saúde.

Os clubes de futebol reclamam que a proibição das bets vai inviabilizar o funcionamento deles. Mas eles sobreviveram, durante muito tempo, sem as bets e devem procurar outras formas de financiamento sustentável e saudável. Não podem funcionar à custa da doença e da desagregação social.

E outra alegação é a de que a proibição das bets provocariam a disseminação indiscriminada de jogos de apostas clandestinos, anulando os efeitos da interdição, pois não haveria como fiscalizar a atividade no submundo das redes

sociais. Se aceitarmos esse argumento, teríamos de nos resignarmos a não mais coibir o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro, a falsificação de produtos ou a pedofilia. As novas tecnologias de comunicação podem ser usadas com eficácia para reprimir essa atividade altamente nociva à sociedade.

Ainda bem que a sociedade brasileira está em estado de alerta e conseguiu o recorde de 1,5 milhão de assinaturas para o abaixo-assinado Bets nunca mais. O ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux recusou a suspensão da medida provisória e deve colocar o tema para ser debatido e votado no plenário do STF. Os interesses milionários não podem estar acima da sanidade mental e da saúde pública.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/05/all.pdf

"Barra para novos cortes agora parece ser alta"

"O Copom parou, mas, como cenário alternativo, há maior propensão a cortes, e não a altas nos juros" Marco Caruso

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central interrompeu os cortes na Selic com uma comunicação dura, mas deixou sinais de que prefere prolongar o período de juros elevados a voltar a subir a taxa. A avaliação é de Marco Antonio Caruso, em sua primeira entrevista como economista-chefe do Santander, concedida ao Valor. Para ele, a piora da **inflação** e das expectativas justifica a pausa, enquanto a desaceleração mais clara da atividade impõe uma barreira ainda maior à retomada de um processo de aperto monetário. Nesse equilíbrio, o Santander prevê a Selic em 13,75% durante todo o primeiro semestre de 2027 e vê algum espaço para cortes na segunda metade do próximo ano.

DIVULGAÇÃO

Para Caruso, Copom deve preferir manter a Selic parada por mais tempo

Valor: O que achou da decisão? Marco Antonio Caruso: Éum Copom que vem com uma comunicação dura para justificar a pausa, mas que tenta controlar o processo trazendo alguns contrapontos, principalmente do lado da atividade. De certa forma, ele tenta controlar a discussão, inclusive para tentar reduzir os riscos de um debate sobre aumento de juros. Se pegarmos a ferro e fogo, a projeção de **inflação** em 3,5% que ele trouxe agora foi suficiente, em 2024, para justificar um início de ciclo de alta de juros. A grande diferença de hoje em relação ao que vimos em 2024 é o fato de que estamos, agora, com um nível de juro real mais alto e com um hiato do produto não tão aberto quanto tínhamos no passado.

Valor: Há uma ênfase na moderação da atividade...

Caruso: Sim, ele reconhece que estamos em um ponto do ciclo com a atividade econômica mais fraca, mas menciona também a desancoragem adicional das expectativas de **inflação**, com destaques para os efeitos de segunda ordem do choque de oferta. Juntando tudo isso, o Copom parece ter feito uma pausa, mas sem anunciar explicitamente o fim do ciclo. Os dois lados da função de reação estão claros: ele parou de cortar [a Selic] porque viu uma piora da **inflação** e reconheceu os efeitos secundários do choque de oferta, mas tem o outro lado que é a desaceleração mais clara da atividade. A decisão está com cara de pausa. A barra para novos cortes agora parece ser alta.

Valor: E a barra para voltar a aumentar os juros, como o mercado já começa a precificar?

Caruso: Parece ser ainda mais alta, até porque existe um reconhecimento de que a Selic está substancialmente contracionista. É um Copom que talvez prefira jogar o jogo com os juros altos, em 13,75%, por mais tempo. Apesar de não ter trazido cenários alternativos, como já fez no passado para explicar o "look

through" [olhar através] dos choques de oferta, a conta que o Copom deve estar fazendo é a de que se a Selic ficar parada por mais tempo a **inflação** deve se aproximar de 3% no horizonte relevante. O Copom parou, mas, como cenário alternativo, há uma maior propensão a cortes, e não a altas.

Valor: Como deve ser a reação do mercado à decisão?

Caruso: Se olharmos a precificação, ainda havia risco de cerca de 30%, nas opções digitais de Copom, de ele reduzir juros. O fato de o comitê não ter cortado agora e ter ido com a maioria do mercado já é algo positivo. Se a Selic caísse, poderíamos ter o risco de ver algum "steepening" [inclinação] da curva de juros e desvalorização do câmbio... Olhando esse **comunicado**, existe um pouco de uma opcionalidade "dovish" [suave] lá dentro por causa da atividade, mas quando se coloca isso com o movimento de hoje [ontem] do mercado [queda dos juros futuros] e com o Caged mais fraco, tenho impressão de que a reação pode ser neutra.

Valor: Como fica o cenário do Santander agora?

Caruso: Entendo que o jogo vai ser jogado com a Selic parada no primeiro semestre. Essa piora recente das condições financeiras me fez revisar o cenário para a política monetária no curto prazo antes da reunião para abarcar a manutenção em 13,75%, mas continuo acreditando que os juros ficarão parados na primeira metade do próximo ano. Temos de reconhecer uma

atividade mais fraca, apesar de estarmos indo para um cenário de **inflação** mais alta. Quando colocamos a piora recente das condições financeiras na conta, a discussão pertinente para o crescimento de 2027 fica entre 0,5% e 1%.

Valor: E em relação à **inflação**? O nível será muito mais alto do que vocês já esperam?

Caruso: Tentando incorporar os últimos movimentos e decisões, como a oficialização das medidas na **reforma tributária** e das mudanças nas relações trabalhistas, e colocando na conta a piora das condições financeiras, estamos vendo a **inflação** indo em direção a 5% no próximo ano. É um nível alto e acima do teto da meta, mas, quando estivermos no segundo semestre, com um **PIB** crescendo abaixo do potencial e hiato do produto negativo, é possível existir espaço para algum corte nos juros.

Valor: O cenário do Santander contempla algum ajuste fiscal?

Caruso: Temos um esforço fiscal de 0,5% do **PIB**. Não é, a princípio, um ajuste estrutural. Pelo que temos de informação hoje, não será algo que irá mudar a direção da dívida/**PIB**, que vai bater 88%. O ponto principal é que esse esforço pode ser mais contábil, via realocação de despesas, sem representar uma melhora estrutural suficiente para estabilizar a dívida e, portanto, não muda a discussão de que ainda precisamos perseguir mudanças de indexação ou algo maior para começarmos a falar de convergência.

Valor: As discussões sobre a adoção de políticas econômicas mais heterodoxas te preocupam?

Caruso: Faz sentido, em todo começo de governo, ouvir diversas opiniões. Dito isso, acredito que, antes de experimentar coisas diferentes, valeria a pena um "feijão com arroz" bem feito. Historicamente, é isso o que temos feito. Essas discussões existiram em 2022 e não embarcamos nelas. Vale a pena tentar o "feijão com arroz".

BC mantém Selic em 13,75% e interrompe ciclo de corte de juros após cinco reuniões

"Na medida em que forem endereçadas as incertezas fiscais, talvez isso possa influenciar os preços dos ativos" Claudio Ferraz "Foi dado um recado que deixou muito difícil para o BC não reagir e seguir o plano de voo" Camila Faria Lima

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reagiu à recente piora das expectativas de **inflação** e interrompeu o ciclo de cortes da taxa Selic ontem, mantendo-a no patamar de 13,75%. Embora, à primeira vista, a decisão possa ser vista como conservadora, o **comunicado** do colegiado não deu sinais sobre os próximos passos e evitou indicar ao mercado a possibilidade de elevação dos juros em caso de deterioração do cenário inflacionário.

A decisão interrompeu um ciclo de cortes de 0,25 ponto percentual que se arrastava desde março, cinco reuniões atrás. A piora das perspectivas para a **inflação** desde o fim da eleição presidencial justificou a mudança, conforme esperava a maioria dos economistas consultados pelo Valor na última semana.

Para o Copom, o quadro ficou mais desafiador para a política monetária e demanda "serenidade e cautela" diante de uma "taxa Selic substancialmente contracionista, aumento significativo das incertezas em torno do cenário base, expectativas de **inflação** mais elevadas, e desaceleração da atividade econômica doméstica mais acentuada".

Sobre as expectativas de **inflação**, o Copom reconheceu a desancoragem adicional em relação à meta de 3%, incluindo em prazos mais longos, o que "contribui para a determinação dos preços e aumenta o custo de desinflação". Ao mesmo tempo, o comitê ressaltou que "choques de oferta" afetaram a projeção do horizonte relevante da política monetária - que subiu de 3,2% no primeiro trimestre de 2028 para 3,5% no segundo trimestre do mesmo ano.

Essas ponderações acabam por dar menos ênfase do que o necessário à piora das expectativas observada no último relatório Focus, segundo a avaliação do superintendente de pesquisa econômica do Itaú Unibanco, Fernando Gonçalves.

"Eu diria que [o **comunicado**] foi menos duro do que nós esperávamos, apesar de ter passado a mensagem de um cenário desafia

dor para convergência da **inflação** à meta", avalia. Para o executivo, o Copom buscou contrabalançar a piora das projeções com a visão de que elas sofrem a influência de choques de oferta e a avaliação de que a Selic está em patamar "substancialmente contracionista".

"Não é um **comunicado** que passa a mensagem de que os juros vão ficar altos por mais tempo. Deixa em aberto e vai na direção de descrever as incertezas, apontando inclusive para sinais ambíguos", diz Gonçalves, referindo-se à classificação de uma atividade

econômica que desacelera de forma "mais acentuada" e um mercado de trabalho que apresenta "sinais de desaquecimento na margem", ainda que resiliente.

"De certa maneira, abre-se um espaço para olhar através dessa piora substancial das projeções, já que parte dela decorre de choques de oferta e há uma trajetória de queda da Selic no Focus", afirma. Em suma, para ele, o **comunicado** do Copom indica que a barra para eventualmente aumentar os juros é bastante alta, ao passo em que novos cortes podem ocorrer a depender do cenário adiante.

O economista-chefe da Galapagos Capital, Cláudio Ferraz, concorda com a visão de Gonçalves ao afirmar que o Copom pode ter tentado conter especulações sobre uma eventual alta de juros. Ainda assim, ele diz que é preciso esperar a ata da decisão, na próxima semana, para ter mais detalhes. "No conjunto da obra, foi uma decisão correta e uma comunicação dura, mas, como eu disse, essas menções não passaram

despercebidas", diz, em referência à "Selic substancialmente contracionista" e à atividade em desaceleração descritas pelo BC.

A Galapagos prevê que a Selic ficará estável nos próximos meses e que será preciso esperar a definição da política fiscal do governo reeleito para, mais para o segundo semestre, ser possível começar a discutir eventualmente uma retomada nos cortes de juros. "Na medida em que forem endereçadas as incertezas fiscais, talvez isso possa influenciar positivamente nos preços dos ativos, interromper possivelmente o processo de desancoragem das

expectativas, idealmente levar em algum momento a uma reancoragem e, então, dada a desaceleração da atividade, possa se discutir um cenário de voltar a ter alguma calibragem dos juros. Mas isso ainda não está no nosso radar", diz Ferraz.

O economista-chefe do banco BV, Roberto Padovani, descreve o **comunicado** do Copom como "enxuto" e "cauteloso" ao reconhecer o momento mais desafiador para a

política monetária, mas sem dar pistas sobre os próximos passos.

Padovani também aponta a indefinição das diretrizes econômicas do novo governo como um fator que explica a comunicação mais cautelosa do colegiado. "Acabamos de sair da eleição, tanto o BC quanto os analistas ainda estão esperando informações."

Para ele, a comunicação pode ser vista pelo mercado como relativamente "dovish" (inclinada a juros mais baixos), mas o BC precisa esperar mais informações para ter maior clareza sobre o cenário. "Entendo que o BC não tem informações suficientes para escrever um **comunicado** muito mais enfático. É preciso saber que tipo de política fiscal vamos ter. O BC não tem como e nem pode antecipar isso. Não pode ficar reagindo a tensões de curto prazo", afirma.

Já Camila Faria Lima, economista-chefe da Canvas Capital, vai na direção contrária ao avaliar o **comunicado** como ligeiramente mais inclinado à postura conservadora. Para ela, a interrupção do ciclo de cortes da Selic já é um sinal em si, em especial diante do reconhecimento da deterioração do cenário prospectivo para a **inflação**.

Ela diz que alterou seu próprio cenário-base ao observar o relatório Focus divulgado na terça-feira, de corte de 0,25 ponto percentual da Selic para a manutenção efetivada pelo Copom. Para ela, com a piora das projeções, a avaliação de que havia espaço para outra redução "não parava em pé".

"O Focus mostrou muito claramente um cenário de desancoragem adicional das expectativas, quase como se não importasse uma desaceleração mais acentuada da atividade. O fato é que a gente tem um cenário de **inflação** mais pressionada e contestação até para horizontes longos, tudo indo para perto de 4%. Foi dado um recado que deixou muito difícil para o BC não reagir e seguir o plano de voo."

Faria Lima, assim, vê uma comunicação mais dura, ainda que com atenuantes na forma das menções à desaceleração mais acentuada da atividade econômica e a moderação do mercado de trabalho. Ela chama atenção ainda para o fato de o Copom ter aumentado a projeção de **inflação** no horizonte relevante de 3,2% a 3,5%, mesmo com a rolagem do horizonte do primeiro trimestre para o segundo trimestre de 2028.

A economista concorda com a avaliação do Copom de que o quadro para a política monetária ficou mais desafiador com a piora do cenário inflacionário somada à desaceleração mais acentuada da economia. "No fundo, ele colocou coisas que se contrapõem, e por isso fala em cenário mais desafiador, vai ter de enfrentar essas duas forças", diz.

Déficit de automóveis cresce 835% com invasão chinesa e perda argentina

"Desde a crise de 2008/2009 vemos avanço persistente da China no comércio de manufaturados" Welber Barral

Enquanto o superávit da balança comercial total deve ir além das expectativas iniciais este ano, embalado por exportações de petróleo e soja, o déficit na balança de automóveis se acentua. De janeiro a setembro chegou a US$ 5,53 bilhões, o mais profundo para o período de toda a série histórica e 835% mais que em iguais meses do ano passado: US$ 591 milhões. O quadro deste ano reflete não somente importações em alta, mas também exportações em queda. A balança total brasileira, nos mesmos nove meses, tem superávit de US$ 62,4 bilhões.

Puxada pelos eletrificados chineses, a importação de veículos também atingiu valor histórico para o período: US$ 9,42 bilhões, 76,7% mais que em 2025. A exportação de carros deixou para trás o fôlego dado pela economia argentina em 2025 e caiu 18% no período, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Os números preliminares de outubro mostram que o dinamismo na balança brasileira de automóveis de passageiros não mudou. Até a quarta semana do mês as importações atingiram US$ 1,04 bilhão, com alta de 138% na média diária. O valor do desembarque acumulado do ano até a quarta semana de outubro é de US$ 10,46 bilhões. As exportações de carros em outubro, até a quarta semana, somaram US$ 297,87 milhões, com queda de 11,1% na média diária contra igual período de 2025.

Esse dinamismo, diz José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), deve perdurar até o fim de 2026 e não deve mudar no curto prazo. Mais à frente, diz, depende de vários fatores, como a eventual mudança na política comercial americana em virtude da derrota do presidente Donald Trump nas eleições de meio de mandato, o desenrolar do conflito no Oriente Médio e as demais medidas protecionistas no mundo.

Castro destaca que, do lado da importação, a pressão vem predominantemente da China. De janeiro a setembro foram US$ 6,26 bilhões em carros chineses que desembarcaram no Brasil, mais que o dobro dos US$ 2,36 bilhões de iguais meses de 2025. Em 2024 foram US$ 2,86 bilhões.

Os dados contrastam com os de 2023 e 2022, quando essas compras externas foram de US$ 540,5 milhões e US$ 134,7 milhões, respectivamente. No acumulado dos nove meses do ano, a China foi origem de 66,5% de todos os automóveis que o Brasil importou. Em segundo lugar vem a Argentina, com 11,3%. Até 2023 os argentinos eram historicamente o principal fornecedor externo de veículos ao Brasil.

"Houve uma mudança rápida nos últimos dois anos", diz Castro. Com reforço na reação protecionista em relação à China em vários mercados importantes, Pequim abriu espaço em outros locais usando uma política comercial mais agressiva, algo que não deve se alterar muito, avalia.

A indústria brasileira sofre concorrência dos chineses não só no mercado doméstico como também no dos países vizinhos, incluindo a Argentina, principal destino externo dos carros brasileiros.

Segundo dados do governo argentino, de janeiro a setembro o desembarque de carros chineses no país alcançou US$ 916,8 milhões, mais que o triplo dos US$ 292,6 milhões do mesmo período de 2025. A importação de carros brasileiros foi maior, de US$ 2,14 bilhões, mas caiu 30%. No ano passado, para cada US$ 10 em carros brasileiros importados pela Argentina, US$ 1 era de automóvel desembarcado da China. Este ano a relação foi de US$ 2 para US$ 1. Apesar da queda, os argentinos são ainda os principais compradores externos de carros brasileiros, com 54,6% do total.

Rafael Cagnin, economistachefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), lembra que a base de comparação das exportações brasileiras aos argentinos é relativamente alta. Com a ajuda de organismos multilaterais e também dos EUA, a Argentina conseguiu melhorar o acesso a moedas estrangeiras, evitando o retorno da **inflação** na escala anterior. "Houve no ano passado uma janela de oportunidade que foi aproveitada para expansão da exportação brasileira."

A exportação brasileira de carros aos argentinos de janeiro a setembro de 2025 alcançou US$ 3,1 bilhões,

mais que o dobro do US$ 1,4 bilhão de iguais meses do ano anterior, pelos dados do Mdic.

"Neste ano esse movimento perde intensidade", diz Cagnin. Em termos absolutos, a perda na venda de automóveis aos argentinos superou a do total das exportações de veículos do Brasil, considerando todos os destinos, de janeiro a setembro.

Welber Barral, sócio da BMJ e exsecretário de Comércio Exterior, lembra que houve, no passado, expectativa que a venda de carros brasileiros a outros países da vizinhança sul-americana poderia compensar a perda que vinha sendo observada no mercado argentino, já em crise. Esse plano ficou para trás, diz, já que a China também vem ocupando espaço em outros mercados da região.

Dados do governo chinês mostram que a exportação do país asiático a países como Colômbia e Chile avançaram de forma acelerada este ano. A venda de veículos aos colombianos saiu de US$ 415,3 milhões em 2025 para US$ 1,5 bilhão este ano. Para o Chile, o avanço foi de US$ 661 milhões para US$ 1,2 bilhão, sempre de janeiro a setembro.

"Desde a crise de 2008/2009 vemos avanço persistente da China no comércio internacional de manufaturados na América do Sul. E essa nova fase de barreiras comerciais não só nos Estados Unidos, mas também na Europa, afeta em cheio a indústria automobilística. Há perda de competitividade europeia, com destaque para a alemã, e há desvios de comércio. O Brasil tem um nível de renda médio maior do que, por exemplo, o continente africano e somos populosos. E uma marca da América Latina é a excessiva ênfase no modal rodoviário, dado todas as deficiências de infraestrutura de transporte coletivo e de transporte ferroviário. A região é um mercado importante para a China, para crescimento", aponta Cagnin.

No Brasil, nota, houve aceleração da importação de veículos chineses de janeiro a junho, como movimento antecipando em parte a tentativa de evitar as alíquotas maiores de imposto de importação para carros eletrificados, que entraram em vigor em julho. As taxas subiram para 35%. Antes eram de 25% a 30%, conforme a tecnologia.

A compra externa brasileira de carros chineses desacelerou em julho e agosto, mas em setembro se destacou novamente, diz Cagnin. "Nesse caso as alíquotas de importação amorteceram a curva, mas não bloquearam o crescimento da importação. Isso está dentro de um cenário no qual os chineses se firmam como grande fornecedor global de veículos elétricos. E eles construíram uma aceitabilidade no mercado que será difícil desmontar."

A China também consegue abrir espaço com preços mais competitivos, lembra Barral. Dados do Indicador de Comércio Exterior (Icomex), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), mostram que no acumulado até setembro, os preços médios de bens de consumo duráveis importados pelo Brasil com origem China caíram 5,4% ante iguais meses de 2025. Os vindos da Argentina subiram 1,1%, e os da União Europeia, 13,6%. Já a quantidade importada na mesma categoria aumentou 123,3% na origem chinesa. Na argentina e na europeia caíram 16,1% e 2,2%, nessa ordem.

A chegada mais acelerada dos carros chineses este ano provocou no mercado brasileiro uma disputa por promoções e descontos entre os fabricantes. Economistas têm ressaltado que isso aparece também no IPCA, o indicador oficial da **inflação** no Brasil. No IPCA-15, prévia do indicador de outubro, a **inflação** no automóvel novo foi de 0,93% no acumulado do ano. No carro usado houve deflação de 1,8%. O índice cheio do IPCA-15 foi de 4,15% em igual período.

Não só a indústria de automóveis instalada no Brasil, ressalta Cagnin, como as matrizes dessas montadoras estão com dificuldade de enfrentar os chineses nos seus mercados de origem. "Há uma concorrência tecnológica entre os players na indústria automobilística mundial e a China, com esse paradigma dos carros elétricos, está dando banho em todos. Isso também se desenrola no Brasil e se reflete na nossa balança comercial de veículos. É uma tendência que veio para ficar."

Barral lembra que a União Europeia divulgou no mês passado que a China aceitou conter suas exportações de veículos híbridos projetadas para a região nos próximos quatro anos. O Brasil, diz ele, precisa acompanhar essas negociações com atenção, porque pode afetar a produção brasileira de veículos, seja pela restrição de mercado, seja pela tendência de maior desvio de comércio para mercados emergentes.

Para Cagnin, um caminho para o Brasil é atrair os investimentos para produção de carros elétricos chineses. "Temos competências em biocombustíveis que esse padrão 100% elétrico não aproveita. Há uma questão tecnológica a ser levada em consideração, mas o importante nesse contexto mais de curto prazo é criar as condições para a atração, mobilizar o nosso mercado interno, que é grande, para fazer dele uma catapulta para a exportação para a região", avalia.

"Em tempos de preocupação com a emissão de CO2 e de vulnerabilidade das cadeias globais de valor, seja porque elas são muito longas, como é o caso da

automobilística, seja por questões logísticas ou de custos de transporte, por causa dos conflitos geopolíticos envolvendo Oriente Médio e regiões produtoras de petróleo, abre-se a oportunidade de fazer do Brasil uma plataforma de exportação de veículos de montadoras chinesas para o mercado regional latino-americano", diz Cagnin. Ele destaca que a estratégia exige maior competitividade brasileira e lembra que o país teve dificuldade em reter montadoras que já estavam aqui.

Fed ganha blindagem com a derrota de Trump no Senado

Da Bloomberg News WASHINGTON

Presidente dos EUA perde capacidade de interferir no banco central

A campanha do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para reformular o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e submeter a política de juros à sua vontade enfrentará agora uma barreira considerável depois que os democratas conquistaram o controle do Congresso nas eleições de meio de mandato (leia na página 20).

A mudança de comando no Senado na prática impede a Casa Branca de aprovar a nomeação de aliados para integrar a diretoria do Fed, composta por sete membros.

Sob a maioria democrata, a senadora Elizabeth Warren, de Massachusetts, provavelmente assumirá a presidência da Comissão de Assuntos Bancários do Senado. Isso colocará o colegiado responsável pela supervisão do Fed sob o comando de uma parlamentar que deverá barrar as indicações de nomes considerados excessivamente suscetíveis às pressões da Casa Branca.

- O que o Fed ganha com um Senado democrata é uma barreira de proteção mais forte, uma defesa muito mais enfática contra as pressões presidenciais - avalia Mark Spindel, gestor de investimentos daPo toma c Ri ver Capital eco autor de um livros obre a história da independência doFed.

COMBATE À **INFLAÇÃO**

A conquista da maioria democrata representa uma mudança institucional decisiva, retirando de Trump o apoio de um Senado controlado pelos republicanos, após quase dois anos de pressão sem precedentes do Poder Executivo sobre o banco central. O resultado também poderá dar ao Fed e a seu presidente, Kevin Warsh, maior liberdade para combater a **inflação** por meio de taxas de juros mais elevadas.

-O resultado das eleições significa que o presidente Trump tem menos poder de influência sobre o Congresso, sobre o país e sobre o Fed. Os eleitores estão irritados com a alta do custo de vida. Quando se juntam essas duas questões, o Fed está em uma posição singular para fazer algo a respeito - diz Daleep Singh, economista-chefe da gestora de ativos da Prudential Financial, e ex-alto funcionário do governo Biden.

Além das repetidas exigências públicas por cortes acentuados nas taxas de juros, Trump apoiou uma investigação do Departamento de Justiça contra o ex-presidente do Fed, Jerome Powell, que foi classificada como abuso de poder por um juiz federal e por parlamentares de diferentes partidos. Ele também mantém sua campanha para afastar a diretora do Fed Lisa Cook, indicada por Joe Biden, com uma alegação, não comprovada, de que ela teria cometido fraude em hipotecas imobiliárias.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Eleição nos EUA puxa petróleo e dólar para baixo; Bolsas sobem

JULIANA MACHADO, ANTONIO PEREZ, ARÍCIA MARTINS

Alívio Visão do mercado é de que Trump, agora com menos poder, tende a acelerar o fim da guerra com o Irã

A vitória democrata nas eleições legislativas nos Estados Unidos fez o preço do petróleo Brent derreter 8%, recuando abaixo dos US$ 100 o barril (fechou a US$ 94,62), com a leitura de que o presidente Donald Trump, com o poder diminuído, tende a acelerar o fim da guerra com o Irã. Com o alívio nas preocupações inflacionárias, as curvas de juros recuaram mundo afora.

No Brasil, também foi bem recebida nos mercados a informação de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará um pronunciamento à nação, no fim de semana, em que se comprometerá a perseguir as metas fiscais, sem deixar de descumprir promessas de campanha.

O Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira (B3), interrompeu uma sequência de seis quedas seguidas e subiu 1,23% ontem, aos 167.563 pontos, mesmo com a queda dos papéis da Petrobras. "Petrobras pressiona a Bolsa, mas o restante das ações acaba sendo beneficiado por esse viés de melhora da **inflação**", disse a gestora de renda variável do banco Fator, Isabel Lemos.

Em Nova York, os índices acionários do mercado americano deixaram de lado a tensão com o setor de inteligência artificial (IA) e tiveram ganhos firmes, com destaque para a alta de 3% do índice Dow Jones. O S P 500 avançou 1,58%, e o Nasdaq, 1,44%. DÓLAR. Depois de três altas seguidas, o dólar recuou ontem frente ao real, seguindo o comportamento global da moeda americana. No fim do dia, o dólar fechou com queda de 0,65%, a R$ 5,4518.

No mercado de juros futuros, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2028 recuou de 14,632% para 14,39%. O DI para janeiro de 2029 anotou baixa a 14,78%, de 15,135%, e o DI para janeiro de 2031 cedeu de 15,43% a 14,99%.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Com decisão do BC, analistas recomendam aplicações pós-fixadas

MURILO MELO

Além de opções que rendam mais que a **inflação**, especialistas também veem oportunidades em ativos na Bolsa

Da página B1 Sem novos cortes da Selic à vista, após a manutenção da taxa em 13,75%, decidida ontem, especialistas recomendam deixar a maior fatia do dinheiro nas aplicações pós-fixadas, que seguem rendendo bem acima da **inflação**, e abrir espaço sem pressa para títulos corrigidos pela **inflação**, dólar e ativos de boa qualidade na Bolsa e nos fundos imobiliários.

As aplicações pós-fixadas acompanham o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), taxa que anda colada à Selic, e incluem o Tesouro Selic, os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e os fundos de renda fixa conservadores. Segundo Matheus Villela, analista da gestora de patrimônio Aware Investments, esses papéis entregam hoje ganho próximo de 8,5% ao ano acima da **inflação**, praticamente sem oscilação de preço (mais informações sobre opções de investimento no quadro desta página).

Vanderson Aquino, presidente do Mêntore, enxerga a renda fixa pós-fixada como uma das melhores combinações entre risco e retorno. Para ele, vale manter ali uma parcela relevante do patrimônio, em papéis de boa liquidez e baixo risco de crédito, e montar aos poucos posições em títulos atrelados à **inflação**, prefixados e ativos de qualidade negociados a bons preços. Ainda assim, ele faz um alerta. "Concentrar toda a carteira no CDI pode significar abrir mão de oportunidades quando o ciclo monetário mudar", afirma.

Nem todo mundo, por outro lado, vê o pós-fixado como porto seguro. Marcelo Freller, estrategista de investimentos do C6 Bank, lembra o período póspandemia, em 2021, quando a Selic estava perto de 2% e a **inflação** disparou. Quem deixou o dinheiro no CDI naquele momento perdeu poder de compra.

Hoje, os juros estão bem mais altos, mas o raciocínio de Freller segue a mesma linha. Segundo ele, os preços negociados no mercado indicam uma Selic perto de 16% ao longo de 2027, algo que considera pouco provável. Sem novas altas, o câmbio sofreria e a **inflação** subiria, encolhendo o ganho do pós-fixado. "Ele só vai salvar o cliente se o Banco Central subir rapidamente os juros por um choque de **inflação**. E eu não acredito que o Banco Central consiga subir os juros, dada a alavancagem que já estamos vendo no Brasil", diz.

Por isso, o estrategista prefere títulos atrelados ao IPCA com vencimento entre um e dois anos, que corrigem o dinheiro pela **inflação**. "Não adianta ser um IPCA muito longo, porque eles flutuam conforme o risco Brasil, que pode ainda piorar", explica.

A disparada dos juros futuros deixou os prefixados e o Tesouro IPCA+ mais generosos. De acordo com Villela, há prefixados do Tesouro pagando acima de 15% ao ano e títulos atrelados à **inflação** oferecendo IPCA mais 8% ao ano, um ganho acima da **inflação** raramente visto na série histórica.

Para Aquino, prefixados próximos ou acima de 14% ao ano e Tesouro IPCA+ perto de IPCA mais 7% ao ano já merecem análise. Mas o investidor precisa comparar vencimentos, a **inflação** esperada e o risco da marcação a mercado. Esse mecanismo atualiza diariamente o preço dos títulos, e quem vende antes do vencimento pode sair no prejuízo se as taxas subirem ainda mais.

Para Villela, as taxas ficaram mais atraentes, mas o perigo também aumentou. "As taxas subiram justamente porque cresceu a incerteza fiscal e, sem uma sinalização concreta de ajuste nas contas públicas, a curva ainda pode abrir mais", alerta o analista da Aware.

Dessa forma, os dois especialistas sugerem montar a posição aos poucos e com prazos variados, em vez de tentar acertar o pico dos juros. Freller vai na contramão e evita os prefixados neste momento. Segundo ele, se o BC precisar aplicar um choque de juros ainda maior, quem estiver com esses papéis vai perder dinheiro.

BOLSA. Com juros altos por mais tempo, as empresas que devem muito sentem mais. Freller prefere olhar o nível de alavancagem, ou seja, de endividamento, antes de escolher setores. Companhias de saneamento e energia elétrica, com contratos corrigidos pelo IPCA e demanda estável, costumam

atravessar melhor as crises.

Villela segue raciocínio parecido. Em uma eventual retomada dos cortes, as maiores beneficiadas seriam as companhias de setores que exigem muito capital, como locação de veículos, logística e concessões de infraestrutura, nas quais o custo da dívida pesa sobre o resultado.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Código Eleitoral só deve ser analisado após votação de reforma política

DANIELLE BRANT

O relator do Código Eleitoral, senador Marcelo Castro (MDB-PI), afirmou ontem que o plenário do Senado só deve votar o texto depois da aprovação da **reforma política** que está sendo articulada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) - que busca instituir o sistema distrital misto nas eleições de 2034 (mais informações na pág. A10).

"O Código Eleitoral está no ponto para votar, mas a Câmara está discutindo agora um sistema eleitoral. Então, nós temos que esperar primeiro a modificação do sistema eleitoral, que vem aqui para o Senado." O Código Eleitoral foi aprovado pelos deputados em setembro de 2021, mas ficou parado no Senado até o ano passado, quando voltou a tramitar. O texto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa em agosto de 2025 com algumas mudanças importantes em relação ao texto da Câmara, como a previsão de voto impresso.

Em 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a impressão da votação, sob argumento de que isso colocaria em risco o sigilo e a liberdade do voto.

O projeto de lei complementar aprovado pela CCJ do Senado também mudou alguns pontos do texto da Câmara. Os senadores diminuíram de dois para um ano antes das eleições a quarentena exigida de magistrados, membros do Ministério Público, policiais federais, civis, rodoviários, guardas municipais e militares. O relator também incluiu na relação as polícias penais (federal, estaduais e distrital).

FAKE NEWS. A CCJ do Senado também amenizou dispositivos sobre crime de divulgação de fake news, além de restringir as ordens de remoções judiciais de conteúdo exclusivamente às hipóteses de violação direta às regras eleitorais, sob argumento de combater a censura e o uso de conceitos subjetivos.

O texto do Senado incluiu um capítulo específico proibindo o uso de inteligência artificial para manipular declarações de terceiros, satirizar adversários ou criar narrativas políticas enganosas.

A Câmara, por sua vez, tenta aprovar uma proposta de emenda à Constituição para mudar a forma de eleição de deputados federais, estaduais e distritais e de vereadores, atualmente escolhidos pelo sistema proporcional. I

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Hoje defensores do distrital misto, Motta e líderes já votaram contra

JULIANO GALISI

Modelo foi ao plenário em 2015; na época, atual presidente da Câmara e deputados em mandatos anteriores rejeitaram proposta

Os líderes da Câmara dos Deputados que hoje encampam o distrital misto votaram contra o modelo em 2015, quando a mudança no sistema de votação para a Casa foi discutida na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma política**. Na ocasião, o distrital misto foi rejeitado por 369 votos a 99, com duas abstenções. Para que a medida fosse aprovada, eram necessários ao menos 308 votos.

Um dos 369 parlamentares que votaram contra o modelo na ocasião foi Hugo Motta (Republicanos-PB), hoje presidente da Câmara e um dos principais articuladores da medida, que passou a ser elaborada por partidos do Centrão como reação ao crescimento da bancada do PL. O Estadão procurou Motta para esclarecer a mudança, mas não houve resposta.

Em 2015, a Câmara discutiu a adoção do distrital misto em uma PEC relatada por Rodrigo Maia (DEM-RJ), que se manifestou a favor de uma emenda de Marcus Pestana (PSDBMG) que previa o novo modelo de votação. A mudança foi rejeitada e o sistema proporcional, mantido. Entre os 471 parlamentares que votaram na ocasião, 151 seguem na Casa na atual legislatura.

A ideia de Motta e de outros políticos do Centrão é votar a adoção do distrital misto com a atual composição da Casa. Entre os 151 deputados federais em exercício que votaram sobre o modelo naquela vez, 130 foram contrários à implementação do sistema e 20 favoráveis, com uma abstenção.

Na época, Motta era filiado ao então PMDB e estava em seu segundo mandato como deputado federal. Por outro lado, o atual líder do Republicanos, Augusto Coutinho (PE), que votou a favor do modelo já naquela ocasião, estava nas fileiras do Solidariedade.

BLOCO. Entre os que foram contra a medida há uma década, há caciques como Baleia Rossi, do MDB, e Arthur Lira, do PP. Ambas as siglas integram o bloco de partidos que articula a mudança no sistema de votação.

A federação formada por União Brasil e Progressistas soma 26 deputados que, naquela vez, rejeitaram o sistema. É o mesmo caso de 15 parlamentares hoje filiados ao PSD, como Domingos Neto, no Ceará, que despontou como um dos principais articuladores da mudança após as eleições deste ano. Em 2015, ele estava filiado ao extinto partido PROS.

A proposta encampada por Motta prevê metade dos parlamentares eleitos em disputas regionais. A outra parte seria eleita por meio de votos em partidos. Os atuais termos da proposta preveem uma disputa entre as legendas por lista fechada, o que significa, na prática, que o eleitor não influiria diretamente na montagem das chapas, que seriam preordenadas pelos dirigentes de cada sigla.

REAÇÃO. O distrital misto passou a ser articulado pelo Centrão em reação ao crescimento da bancada do PL, que elegeu o maior número de representantes para a próxima legislatura, com 121 membros, um recorde histórico.

O crescimento da sigla foi impulsionado por influenciadores e políticos como Nikolas Ferreira (MG) e Lucas Pavanato (SP), que, com 3 milhões de votos cada, "puxaram", juntos, vinte parlamentares para a Casa. Com a votação recebida, o mineiro "puxou" 13 colegas de partido para a Câmara, e o paulista, sete.

O sucesso dos chamados "políticos influenciadores", em vários partidos, tem pressionado sobretudo o Centrão. Como mostrou o Estadão, os candidatos ao Legislativo que integram a lista dos 100 políticos mais influentes no Instagram obtiveram 16% dos votos nessas disputas. Entre os integrantes do ranking que concorreram, quase 80% foram eleitos. Dos dez primeiros colocados, oito são filiados ao PL.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo